



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 342/03

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO

SESSÃO DE: 15.05.03

PROCESSO Nº 1.1668.98

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 98.5179-1

RECORRENTE: JONHSON BEZERRA RODRIGUES

RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

CONSELHEIRO RELATOR ORIGINÁRIO: Cristiano Marcelo Peres

CONSELHEIRA RELATORA DESIGNADA: Verônica Gondim Bernardo

EMENTA: ICMS - MERCADORIA EM SITUAÇÃO IRREGULAR. INIDONEIDADE DO DOCUMENTO FISCAL. Mercadoria efetivamente transportada menor que a quantidade descrita no documento fiscal. Confirmada, por voto de desempate da Presidência, a decisão condentória, proferida em 1ª instância, com base no art. 131, III, e 829 do Decreto 24.569/97. Penalidade prevista no art. 878, III, "I", § 10, RICMS-CE. Recurso voluntário conhecido e provimento negado.

RELATÓRIO:

Versa a presente acusação sobre o transporte de mercadoria em quantidade inferior àquela constante no documento fiscal.

No veículo de placa HTZ 1641-Ce, o Sr. Jonhson Bezerra Rodrigues transportava 7.022 metros de popeline poliester e 7.005 metros de tergal verão, conforme Ficha de Conferência de Mercadorias (doc. de fls. 04), enquanto a Nota Fiscal nº 35647, emitida por J. Ary Tecidos S/A-Casa Blanca e tendo como destinatária a Prefeitura Municipal de Granja, registrava a quantidade de 10.000 metros de popeline poliester e 10.000 metros de tergal verão.

Indicados no auto de infração, além dos dispositivos infringidos, a penalidade aplicável, a base de cálculo e os valores do ICMS e multa.

Às fls. 03 a 09 consta a primeira via da nota fiscal, objeto da autuação, a Ficha de Conferência de Mercadorias, o Certificado de Guarda de Mercadoria-CGM e o Termo de Fiança.

Em tempo hábil, a autuada apresenta impugnação ao lançamento, alegando, basicamente, que trabalha para a empresa Agroágua Irrigação Ltda, e que a prefeita do município de Granja lhe pediu para transportar parte do material adquirido pela prefeitura, e somente, por ocasião da fiscalização, tomou conhecimento que a quantidade era inferior àquela arrolada no documento fiscal em questão, juntando uma declaração da Prefeitura de Granja.

Declara a Prefeitura de Granja que, em razão da urgência para receber o tecido, destinado à confecção de fardamento para o desfile de 7 de setembro, enviou parte através do autuado e outra parte pelo ônibus escolar daquela prefeitura que saiu antes do caminhão, esquecendo-se o motorista do ônibus esperar o outro veículo, para juntos apresentar ao Fisco a nota fiscal.


Em instância singular, a julgadora, com fulcro em legislação pertinente, manifesta-se pela procedência do auto de infração.

Inconformada com a decisão singular, a autuada, por meio de advogado legalmente constituído, argui a improcedência da ação fiscal alegando que não houve a intenção de burlar a fiscalização, ocorrendo tão-somente um equívoco entre os dois veículos, acrescentando que apenas prestava um favor a prefeita do município e Granja já que o caminhão seguia para a mesma direção.

A Consultoria Tributária, em parecer de fls. 47 a 50, sugere a confirmação da decisão singular que decidiu pela procedência da autuação.

A douta Procuradoria Geral do Estado, de início, adota integralmente o parecer da consultoria Tributária, no entanto, em Sessão de Julgamento, altera o referido parecer e sugere a exclusão da cobrança do ICMS.

É o relatório.



VOTO DA RELATORA:

O auto de infração em discussão foi lavrado em virtude do transportador conduzir mercadoria em quantidade menor que a descrita no documento fiscal.

Pelos fatos e provas presentes aos autos, o Sr. Jonhson Bezerra Rodrigues transportava 7.022 metros de popeline poliester e 7.005 metros de tergal verão, conforme a Ficha de Conferência de Mercadorias (doc. de fls. 04), enquanto a Nota Fiscal nº 35647, considerada inidônea pelo agente do Fisco, emitida por J. Ary Tecidos S/A e tendo como destinatária a Prefeitura Municipal de Granja, registrava a quantidade de 10.000 metros de popeline piliester e 10.000 metros de tergal verão.

Com efeito, o art. 131, III, do Decreto 24.569/97, considera inidôneo o documento que contenha declarações inexatas ou que não guardem compatibilidade com a operação ou prestação efetivamente realizada.

Como se percebe o transporte de mercadoria em quantidade inferior aquela constante no documento fiscal enquadra-se perfeitamente na situação preceituada no art. 131, III, do referido diploma legal.

Comprovada a inidoneidade da nota fiscal, conseqüentemente, por força do que dispõe o art. 829 do RICMS- Ce, a mercadoria por ela acobertada é considerada em situação fiscal irregular, "in verbis":

"Art. 829. Entende-se por mercadoria em situação fiscal irregular aquela que, depositada ou em trânsito for encontrada desacompanhada de documento fiscal próprio ou acoberte o trânsito de mercadoria para contribuinte não identificado ou excluído do CGF ou ainda, sendo esta inidônea, na forma do artigo 131". (GN)



E, ainda, assevera o art. 830 do RICMS-CE:

"Art. 830. Sempre que for encontrada mercadoria em situação irregular, na forma como define o artigo anterior, deverá o agente do Fisco proceder, de imediato, a lavratura do auto de infração com retenção de mercadoria." (GN)

Diante do exposto, não resta dúvida de que a nota fiscal objeto da autuação não preenchia os seus requisitos fundamentais de validade e eficácia, visto que, a quantidade da mercadoria nela registrada era maior que a quantidade efetivamente transportada.

Materializada a infração, aplica-se ao presente caso a sanção preconizada no art. 878, III, "1", § 10, do Decreto 24.569/97, cujo teor é o seguinte:

"Art. 878. As infrações à legislação do ICMS sujeitam o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo do pagamento do imposto, quando for o caso:

I (...)

III - relativamente à documentação e a escrituração:

a) (...)

1) transportar mercadoria em quantidade maior ou menor que a descrita no documento fiscal:multa equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor da operação;

§ 10 Na hipótese da alínea "1" do inciso III, a multa será aplicada sobre a quantidade excedente, ou, quando faltante, sobre o valor das mercadorias encontradas em situação irregular." (GN)



COMPOSIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

BASE DE CÁLCULO	R\$ 55.395,60
ICMS	R\$ 9.417,25
MULTA	R\$ 22.158,24
TOTAL	R\$ 31.575,49

FORMAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

(Contagem física menor que a descrita
na nota fiscal = mercadoria irregular)

7.022 m popeline X 3,30 = R\$ 23.172,60
7.005 m tergal X 4,60 = R\$ 32.223,00
TOTAL = R\$ 55.395,60

Sobre a responsabilidade pelo pagamento do crédito tributário, o art. 21, II, "c", do Decreto 24.569/97, preceitua o seguinte:

"Art. 21. São responsáveis pelo pagamento do ICMS:

I - (...)

II - o transportador em relação à mercadoria:

a) (...)

b) que aceitar para despacho ou transportar sem documento fiscal, ou **sendo este inidôneo;**"
(GN)

Os argumentos colacionados por ocasião do recurso voluntário não possuem o condão de descaracterizar o procedimento fiscal.

Quanto à alegação da inexistência da intenção, nos termos do art. 136 do Código Tributário Nacional-CTN c/c com o art. 874 do Decreto 24.569/97, a responsabilidade por infração a legislação tributária independe da intenção do agente.




Diz o art. 874 do RICMS-CE:

" Art. 874. Infração é toda ação ou omissão, voluntária ou não, praticada por qualquer pessoa, que resulte em inobservância de norma estabelecida pela legislação pertinente ao ICMS".{GN}

No que pertine ao documento de fls. 40, onde a prefeita do Município de Granja relata que o servidor fazendario, lotado em órgão da SEFAZ em Sobral, constatou a quantidade restante do tecido no depósito da Prefeitura, atentamos que tal fato não afasta a presente acusação, ainda que a declaração desse funcionário estivesse presente aos autos. Diante desse relato, na verdade, vislumbramos duas irregularidade, a primeira, o envio de parte da mercadoria sem documentação fiscal, transportada pelo ônibus escolar, e a segunda que foi objeto da autuação ora em discussão.

Por todas as considerações produzidas, voto pelo conhecimento do recurso voluntário, negar-lhe provimento, no sentido de confirmar a procedência do auto de infração, proferida em instância singular, contrariamente ao parecer da Douta Procuradoria Geral do Estado, modificado em sessão, com a sugestão da exclusão do ICMS.

É como voto.

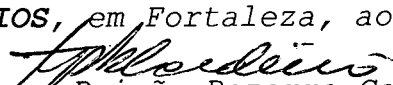


DECISÃO:


Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente **JOÃO JONHSON BEZERRA RODRIGUES** e recorrido **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA**,

RESOLVEM os membros da 1ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por voto de desempate da Presidência, conhecer o recurso voluntário, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão condenatória, proferida em 1ª instância, julgando totalmente procedente o auto de infração, nos termos do voto da conselheira designada Veronica Gondim Bernardo. Votaram pela parcial procedência do auto de infração, os conselheiros Cristiano Marcelo Peres, relator originário, Luiz Carvalho Filho, Vanda Ione de Siqueira Farias e Fernando Airton Lopes Barrocas, conforme parecer da douda Procuradoria Geral do Estado, modificado em sessão.

SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 1º de julho de 2003.

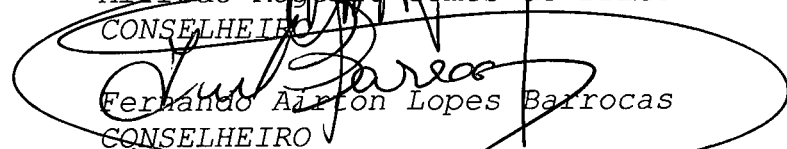

Francisco Paixão Bezerra Cordeiro
PRESIDENTE


Verônica Gondim Bernardo
CONSELHEIRA RELATORA

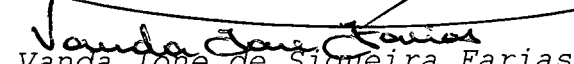

Manoel Marcelo Augusto M. Neto
CONSELHEIRO


Alfredo Rogério Gomes de Brito
CONSELHEIRO


Fernando Cezar de A. Ximenes
CONSELHEIRO

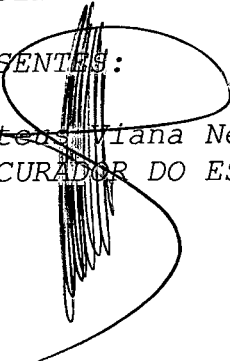

Fernando Airton Lopes Barrocas
CONSELHEIRO


Luiz Carvalho Filho
CONSELHEIRO


Vanda Ione de Siqueira Farias
CONSELHEIRA


Cristiano Marcelo Peres
CONSELHEIRO

PRESENTES:


Mattens Viana Neto
PROCURADOR DO ESTADO

CONSULTOR TRIBUTÁRIO